DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 07 | Nº. 13 | Ano 2026

A ORIGEM COLONIAL DO CONFLITO ENTRE Os HUTU E TUTSI: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

THE COLONIAL ORIGIN OF THE CONFLICT BETWEEN THE HUTU AND TUTSI PEOPLES: A HISTORICAL APPROACH

Domingos J. Mateus Casimiro

RESUMO: Este artigo analisa as raízes coloniais do conflito entre Hutus e Tutsis, demonstrando como a construção de identidades étnicas fixas e hierarquizadas em Ruanda e Burundi constituiu uma das heranças mais profundas do colonialismo europeu na região dos Grandes Lagos. Adotando uma abordagem qualitativa associada ao método histórico, a pesquisa investiga os impactos dessas divisões nas dinâmicas de violência subsequentes. A fundamentação apoia-se na análise de fontes primárias e secundárias, proporcionando uma compreensão aprofundada dos eventos históricos e sociais que moldaram as relações interétnicas em ambas as nações.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialismo; Identidade Étnica; Grandes Lagos; Ruanda e Burundi

ABSTRACT: This article analyzes the colonial roots of the conflict between Hutus and Tutsis, demonstrating how the construction of fixed and hierarchical ethnic identities in Rwanda and Burundi constituted one of the deepest legacies of European colonialism in the Great Lakes region. Adopting a qualitative approach combined with the historical method, the research investigates the impacts of these divisions on subsequent dynamics of violence. The study is based on the analysis of primary and secondary sources, providing a deep understanding of the historical and social events that shaped interethnic relations in both nations.

KEY WORDS: Colonialism; Ethnic Identity; Great Lakes; Rwanda and Burundi

Site/Contato

Editores

Euclides Victorino Silva Afonso
euclidesafonso96@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Márcio dos Santos Rodrigues
marcio.strodrigues@gmail.com

A ORIGEM COLONIAL DO CONFLITO ENTRE Os HUTU E TUTSI: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

DOMINGOS JERÓNIMO MATEUS CASIMIRO [1]

INTRODUÇÃO

O conflito entre os povos Hutu e Tutsi, em Ruanda e no Burundi, tem raízes profundas na história do domínio europeu na África Central. Embora as tensões entre esses dois grupos tenham sido intensificadas durante a presença estrangeira, as origens do cenário remontam a séculos de relações dinâmicas e complexas entre as populações da região. A chegada dos administradores belgas, no início do século XX, exacerbou e institucionalizou essas divisões, moldando as identidades e as relações de poder que, mais tarde, contribuiriam para a violência devastadora que se seguiu na década de 1990. Segundo Vera Silva:

> A cisão entre BaTutsi e BaHutu foi incentivada desde a época colonial. A Bélgica, desde de 1926, era a potência tutelar do Ruanda e do Burundi e, separadamente, tentou com a estratégia de *indirect rule* controlar politicamente estes territórios, ou seja, determinou quem eram os chefes tradicionais com mais poder e influência política e estabeleceu um aparelho de estado nativo através da monarquia Tutsi a qual, com o apoio colonial, conquistou outros pequenos reinos Hutu (SILVA, 2019, p. 93).

Como se pode constatar, durante o período colonial, os belgas, adotando uma política de divisão interna para facilitação do controle, acentuaram as diferenças entre os Hutu e os Tutsi, favorecendo a minoria Tutsi em posições de poder e estabelecendo um sistema de classificação com base em critérios de hierarquização externa. Essa política não só criou um clima de desconfiança mútua entre os dois grupos, mas também fomentou uma desigualdade estrutural que perdurou muito depois da independência de ambos os países, em 1962 (KEITA, 2021).

O impacto dessas diretrizes da administração colonial é visível no desenrolar dos eventos pós-independência, especialmente durante os períodos de instabilidade política e conflitos internos que marcaram a história recente de Ruanda e do Burundi. Em Ruanda, o genocídio de 1994, que resultou na morte de mais de 800 mil pessoas, e no Burundi, os massacres recorrentes desde a independência refletem as profundas divisões geradas pelas ingerências europeias e agravadas pela luta pelo poder territorial e institucional.

[1] Licenciado em História (Especialidade: História da Idade Moderna) pela Faculdade de Ciências Socias da Universidade Agostinho Neto. Angola-Luanda, FCS-UAN. Investigador na área de História Política e Económica. Possui habilitações médias em Ciências Económicas e Jurídicas. domingoscsmr@gmail.com

Diante desse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: De que forma as doutrinas administrativas belgas e alemãs contribuíram para a construção e a acentuação das divisões entre os povos Hutu e Tutsi, e como essas divisões se refletiram nos conflitos de Ruanda e do Burundi entre 1962 e 1994? Durante o domínio colonial, primeiro pelos alemães e, mais tarde, pelos belgas, a política de gestão das províncias africanas baseou-se frequentemente na implementação de clivagens artificiais e no favorecimento de certos grupos sobre outros, com o objetivo de facilitar o controle político. No Ruanda-Urundi, os colonizadores belgas, em particular, reforçaram a distinção entre Hutu e Tutsi, atribuindo aos Tutsi uma posição privilegiada na hierarquia social e política, com base em características físicas e culturais interpretadas de forma superficial. Ao mesmo tempo, os Hutu foram marginalizados, criando uma dinâmica de tensões que perduraria muito após a independência (KEITA, 2021).

Após a independência de ambos os países, em 1962, as divisões sociais não desapareceram, mas, ao contrário, acentuaram-se, transformando-se em um dos principais motores dos conflitos que assolariam a região nas décadas seguintes. O sistema de governança que continuou a favorecer a elite tutsi gerou ressentimentos profundos entre os Hutu, culminando em episódios de violência, como o genocídio de Ruanda em 1994, onde as disputas pelo controle das estruturas locais culminaram em um massacre brutal.

O Contexto Histórico e as Raízes do Domínio Europeu no Conflito entre Hutu e Tutsi

O conflito entre os povos Hutu e Tutsi nos territórios de Ruanda e do Burundi tem sido frequentemente interpretado à luz das trágicas consequências do genocídio de 1994, que culminou na morte de centenas de milhares de pessoas e chamou a atenção da comunidade internacional. No entanto, para compreender plenamente as suas origens, é imprescindível recuar ao período anterior à chegada das potências europeias e, sobretudo, analisar as transformações sociais, políticas e identitárias impostas pela administração colonial, primeiro pela Alemanha e, posteriormente, pela Bélgica.

Antes da chegada dos europeus, os Hutu e os Tutsi organizavam-se segundo estruturas políticas centralizadas, lideradas por monarquias Tutsi que, embora detentoras do poder, coexistiam com o povo Hutu em um sistema que, apesar das assimetrias, permitia relativa mobilidade social. Nessa mesma "época pré-colonial ocorreu uma miscigenação entre os grupos, levando-os a adotarem a mesma língua, seguir a mesma religião e realizarem casamentos entre membros dos dois lados" (MATTOS, 2007, p. 20). As categorias Hutu e Tutsi eram, em grande medida, mais próximas de distinções socioeconômicas e culturais do que de divisões identitárias rígidas. Era

possível, por exemplo, que um Hutu se tornasse Tutsi mediante a acumulação de riqueza, sobretudo gado, símbolo de prestígio e nobreza local.

> Ao longo dos anos, a divisão promovida pela organização administrativa europeia deu origem a uma nova forma de relacionamento entre a população ruandesa, gerando conflitos de interesses que ocorreram desde o plano mais básico de convivência até o direito de acesso a cargos no governo central. Portanto, a interferência estrangeira no continente africano trouxe consigo diversas mudanças à região, cujas repercussões se estendem até nossos dias. Assim sendo, é preciso suscitar novos conceitos acerca do lugar da África na ordem internacional e investigar o tamanho do interesse desse continente para o mundo, principalmente quando se trata das questões de solução de conflitos (ARAÚJO, 2012, p. 14).

Os belgas aprofundaram as distinções com base em uma doutrina de controle paternalista que dava primazia à elite Tutsi, institucionalizando as divisões por meio da introdução de cartões de identidade compulsórios em 1933 (KEITA, 2021). A classificação obrigatória da população em Hutu, Tutsi ou Twa formalizou distinções que, até então, eram fluídas e contextuais. Ao fazerem isso, os administradores fixaram uma estrutura social artificial que viria a alimentar ressentimentos profundos. Como já observado anteriormente, o paternalismo ou *indirect rule* "pretendia se basear no respeito às instituições indígenas, o que é observável não só na exploração teórica como também prática dos aspectos originais, para o reforço do sistema imperial" (KEITA, 2021, p. 113).

Durante a administração belga, os Tutsi continuaram a ser favorecidos no acesso à educação, a cargos administrativos e a postos religiosos, enquanto os Hutu eram sistematicamente excluídos das instâncias decisórias. Essa política de favorecimento criou uma elite Tutsi colaboradora do sistema de dominação, ao mesmo tempo que semeava as bases de uma resistência Hutu marginalizada e cada vez mais consciente das desigualdades impostas pelas potências estrangeiras. Segundo Lugard *apud* Keita:

> É essencial compreender organismos tribais, costumes sociais, e melhor ainda utilizá-los como quadro dentro do qual podemos construir. O estudo deles deve permitir-nos encontrar fatores e elementos válidos para o reforço de um sistema de administração melhor adaptado às tribos (2021, p. 113).

Assim, o legado desse período não se limitou à dominação política e econômica, mas também enraizou uma lógica de antagonismo identitário que viria a explodir em múltiplos episódios de violência nas décadas seguintes, particularmente após as independências de Ruanda e do Burundi, em 1962. As filiações coletivas, tal como concebidas na lógica da administração colo-

nial, transformaram-se em instrumentos de exclusão, perseguição e mobilização política territorial.

A Formação das Identidades em Ruanda e no Burundi

A compreensão das identidades em Ruanda e no Burundi exige um olhar atento aos processos históricos que moldaram essas categorias sociais ao longo do tempo. Longe de serem realidades fixas ou imutáveis, as identidades Hutu, Tutsi e Twa emergiram de dinâmicas sociais e econômicas internas às sociedades da Região dos Grandes Lagos, muito antes da chegada dos europeus. No entanto, a forma como essas identidades foram reinterpretadas e institucionalizadas no período colonial alterou profundamente o seu significado e a sua função social.

No contexto pré-colonial, tanto em Ruanda como no Burundi, as sociedades organizavam-se em torno de monarquias centralizadas, com os Tutsi tradicionalmente associados à classe aristocrática e à posse de gado, enquanto os Hutu estavam mais ligados à agricultura de subsistência. Os Twa, por sua vez, representavam um grupo marginalizado, tradicionalmente associado à caça e à cerâmica. Contudo, essas categorias não correspondiam a divisões identitárias rígidas, mas sim a posições sociais flexíveis. A mobilidade entre Hutu e Tutsi era possível, sobretudo por meio da acumulação de riqueza e do serviço à monarquia, em um processo conhecido como *kwihutura*, que permitia a um Hutu ascender à condição de Tutsi. Todavia, para os historiadores que priorizam as dinâmicas territoriais, Hutu e Tutsi não podem ser considerados grupos originariamente distintos.

> Para legitimar a atribuição do poder às elites Tutsi desenvolveu-se uma série de mitos históricos que justificaram a inferioridade dos Hutu. Estes mitos tinham como base discursos racistas legitimados através de premissas biológicas e culturais. Progressivamente, estabeleceram-se diferenças e estereótipos que foram delineando uma história e duas etnias (Hutu e a Tutsi), uma que dominaria e que seria superior à outra. A construção destas duas identidades foi claramente fabricada e manipulada pela presença colonial (SILVA, 2011, p. 94).

Essa fluidez identitária começou a desaparecer com a imposição de novas leituras europeias da realidade africana. Influenciados por teorias evolucionistas e de hierarquização social então em voga na Europa, os administradores coloniais procuraram classificar os grupos locais com base em características físicas e supostas origens ancestrais distintas. Os Tutsi, por possuírem traços interpretados pelos europeus como mais "próximos" dos seus padrões e uma estatura diferenciada, foram identificados pelas teorias coloniais como descendentes de uma população hamita oriunda do norte de África, sendo classificados como superiores aos Hutu. Essa leitura

pseudocientífica externa serviu unicamente para justificar a sua posição dominante na estrutura de dominação colonial.

A Estrutura Social e Política Antes da Colonização

Até o fim do século XVIII, os europeus que frequentavam a costa africana estavam interessados somente em transações comerciais com chefes de comunidades locais, como a troca de mercadorias por escravos. As questões de Estado não estavam na pauta de negociação. O comércio era feito às pressas no litoral porque os europeus consideravam o continente africano "o túmulo dos homens brancos", devido ao forte calor e às doenças da região (ARAÚJO, 2012). Todavia, as sociedades de Ruanda e do Burundi dispunham de estruturas políticas e sociais complexas, organizadas em torno de monarquias centralizadas que exerciam autoridade sobre vastos territórios. Ao contrário do estereótipo difundido por muitos relatos coloniais — que viam a África como um continente sem história e sem formas organizadas de poder —, essas regiões contavam com instituições bem definidas, com sistemas hierárquicos que articulavam o poder real, a autoridade local e os mecanismos de controle social.

No centro dessas estruturas encontrava-se o rei, designado *mwami*, figura de enorme prestígio e autoridade de caráter sagrado, tanto em Ruanda como no Burundi. O *mwami* era o chefe supremo, responsável não apenas pela governança, mas também pelo equilíbrio espiritual e cosmológico do território. A sua legitimidade era reforçada por rituais, genealogias míticas e um corpo de conselheiros e chefes locais que asseguravam a administração das províncias. Os reis pertenciam à aristocracia Tutsi, mas governavam sobre populações compostas por Hutu, Tutsi e Twa, em uma relação que, embora marcada por desigualdades socioeconômicas, não correspondia à lógica de clivagem fixa que mais tarde seria institucionalizada pelos colonizadores.

A Colonização Alemã e as Primeiras Intervenções Europeias

A partir de meados do século XIX, os discursos pela abolição do tráfico de escravos e a tendência na Europa para o alargamento de sua influência desencadearam a busca pela ocupação efetiva de territórios na África, de modo a permitir a penetração no interior do continente. O grande princípio era o da ocupação efetiva, ou seja, a inserção militar e administrativa que possibilitaria reunir o desenvolvimento social e econômico da metrópole (ARAÚJO, 2012). A presença europeia nos territórios que viriam a constituir os atuais Ruanda e Burundi teve início no final do século XIX, em um contexto marcado pela chamada "Partilha de África", durante a Conferên-

cia de Berlim (1884–1885). Foi nesse cenário de competição imperialista entre as potências ocidentais que a Alemanha obteve o controle formal sobre a Região dos Grandes Lagos, integrando-a ao território da África Oriental Alemã (*Deutsch-Ostafrika*), que incluía também o atual território da Tanzânia.

Ao contrário de outras potências que impuseram uma ocupação direta e agressiva, os alemães optaram, inicialmente, por uma abordagem indireta. Reconhecendo a existência de reinos estruturados e centralizados em Ruanda e no Burundi, a administração colonial alemã decidiu apoiar-se nas estruturas de poder locais para garantir a estabilidade e o controle administrativo. Essa política de "governança indireta" assentava na cooptação das elites Tutsi, particularmente da aristocracia que orbitava em torno dos reis (*mwami*), conferindo-lhes legitimidade política e autoridade reforçada sob o domínio imperial.

Diante das novas configurações territoriais, o colonizador explorou as diferenças existentes entre os grupos, insuflando essas rivalidades e oposições, impedindo, assim, que esses povos se unissem contra o processo de colonização. Esse artifício do colonizador de incentivar as rivalidades gerou um fenómeno chamado tribalismo (ARAUJO, 2012, p. 27). As primeiras incursões alemãs, realizadas sobretudo por militares, missionários e exploradores como Gustav Adolf von Götzen, evidenciaram uma clara intenção de instrumentalizar a ordem social estabelecida. Von Götzen, que se tornaria governador da África Oriental Alemã, visitou Ruanda em 1894 e estabeleceu contato com a corte do *mwami* Kigeli IV Rwabugiri, reconhecendo a importância estratégica e política da sua autoridade.

Esse modelo de dominação indireta acabou por reforçar a posição das elites Tutsi no sistema de poder colonial nascente. Os alemães aproveitaram o ensejo para fomentar divisões artificiais, concedendo privilégios aos Tutsi por considerá-los mais "aptos" à governança — uma percepção baseada em visões exógenas de origem europeia que associavam a estatura, as feições físicas e os modos aristocráticos a uma suposta primazia de comando. Essa crença, enraizada na hipótese da origem hamítica, levou ao favorecimento sistemático dos Tutsi em detrimento dos Hutu. Apesar de as relações sociais entre os grupos ainda não estarem marcadas por antagonismos extremos na época, a doutrina colonial alemã utilizou a disseminação de hostilidades para facilitar a dominação política e a exploração econômica do território sob seu controle.

> O caso de Ruanda-Urundi exemplifica bem essa questão. Uma sociedade formada por castas, composta por três etnias determinadamente distintas: Hutu (80%), casta formada por agricultores e considerada inferior; Tutsi (15%), composta por pastores e guerreiros e considerados superiores às outras etnias; e Batwa (5%), casta minoritária de caçadores, mestiços de Hutu (ARAUJO, 2012, p. 28).

A Administração Belga e a Institucionalização das Diferenças

Com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, o domínio sobre Ruanda-Urundi foi transferido para a Bélgica, sob mandato da Sociedade das Nações, em 1923. Essa nova fase da ocupação europeia viria a ter um impacto profundo e duradouro nas dinâmicas sociais e políticas da região, especialmente pela forma como a administração belga reforçou, cristalizou e institucionalizou as distinções entre Hutu, Tutsi e Twa. A governança belga seria marcada por um modelo mais intrusivo e centralizador do que o dos alemães, com consequências severas para a coesão social, pois os administradores encontraram um cenário local já estratificado e contaram com o suporte de elementos instruídos que assimilavam e reproduziam a ideologia de cisão em prol de prerrogativas que beneficiavam seus próprios grupos.

> A partir da chegada dos europeus, surge a primeira geração de africanos escolarizados que darão, eles mesmos, sua interpretação sobre a história de seu país. No entanto, vale lembrar que essas pessoas estavam sob a influência do elemento colonizador e, por isso, procuravam dar uma versão, a mais "civilizada" possível, da história de seu país, no intuito de agradar ou responder às solicitações e aos julgamentos do dominador. Este, por sua vez, deu aos africanos da região uma versão amplamente marcada por teses racistas, opondo uma etnia a outra, reforçada pelos missionários religiosos, que ligavam as populações da região a linhagens que fantasiosamente remontavam às histórias bíblicas (COUTO, 2016, p. 5).

Ao contrário dos seus antecessores, os belgas não se limitaram a instrumentalizar as estruturas tradicionais: procuraram reconfigurá-las segundo os princípios de eficiência colonial e, sobretudo, à luz de teorias de estratificação profundamente enraizadas na mentalidade europeia, amparadas no chamado "darwinismo social" — uma transposição superficial de pressupostos retirados da teoria do biólogo Charles Darwin sobre a origem das espécies. Em determinado momento de suas fundamentações teóricas, Darwin discorre que, na natureza, as espécies caminham de um estado primitivo para outro mais evoluído, sobrevivendo somente as mais fortes e capazes de se adaptar ao meio. Dessa afirmação, os teóricos europeus extraíram uma interpretação que justificasse a sua presença na África, alegando que seriam os agentes externos os elementos capazes de fazer com que as sociedades encontradas por eles nesse continente pudessem atingir um suposto estado "evoluído" e "civilizado".

A tese de que o grupo Tutsi seria descendente de povos dotados de maior capacidade de liderança serviu, na época, aos propósitos dos dominadores. Ao elegerem um grupo para atuar na governança, este os apoiaria em seu projeto de dominação e legitimaria sua presença na região (COUTO, 2016). Influenciados pelo mito hamítico — que defendia que os Tutsi eram originários

de uma população externa considerada superior, vinda do Norte de África ou do Crescente Fértil —, os belgas consideraram-nos mais instruídos e naturalmente predispostos ao comando. Essa visão eurocêntrica foi usada como base para justificar o favorecimento sistemático dos Tutsi nas políticas de educação, administração e representação política.

Entre as medidas mais marcantes desse período destaca-se a introdução, a partir de 1933, dos cartões de identidade compulsórios. Cada indivíduo era obrigado a declarar o seu pertencimento (Hutu, Tutsi ou Twa) e essa categorização passava a constar em documentos oficiais, tornando-se obrigatória e inalterável. Até então, as distinções entre Hutu e Tutsi eram em grande parte de ordem socioeconômica e não estritamente identitárias fixas: a posse de gado, por exemplo, podia permitir a um Hutu ascender ao estatuto de Tutsi. Com a imposição belga, essa mobilidade foi eliminada, convertendo categorias sociais flexíveis em alinhamentos rígidos e permanentes.

> Assim como o Estado, a Igreja apoiava a preferência por determinados grupos no acesso ao ensino. No início da colonização, os beneficiários da educação eram maioritariamente os Tutsis, únicos autorizados ao acesso à educação formal; aos Hutu era permitido fazer somente os estudos primários. Logo, foram os Tutsis os escolhidos para ocuparem os principais cargos administrativos do país e as tarefas mais nobres, relegando os Hutu a cidadãos de segunda categoria. A Escola para os Filhos dos Chefes, criada em Nyanza, a cidade real, em 1907, aceitava somente Tutsis. Em 1955, havia cerca de 2 400 escolas de vários tipos e níveis em Ruanda, a maioria de estudos primários, com um total de 215 mil alunos (COUTO, 2016, p. 10).

A educação foi outro instrumento fundamental de institucionalização das desigualdades territoriais. A Igreja Católica, principal parceira da administração belga, controlava a maioria das escolas e reservava quase exclusivamente o acesso ao ensino para os Tutsi. Estes eram formados como uma elite administrativa que passaria a intermediar a relação entre os administradores coloniais e as massas camponesas, majoritariamente Hutu. Assim, criava-se uma camada intermediária, beneficiada por privilégios locais, mas igualmente subordinada ao poder estrangeiro, que funcionava como um anteparo entre o Estado belga e a população sob controle. A posição favorável para os Tutsi fez com que aceitassem a escolha da administração belga.

As Primeiras Tensões Identitárias Durante o Período Colonial

As primeiras manifestações de tensão entre Hutu e Tutsi não surgiram de forma espontânea, mas sim como resultado direto das políticas administrativas coloniais que alteraram profundamente a natureza das relações sociais em Ruanda e no Burundi. Durante o período pré-

colonial, embora existissem assimetrias, as identidades Hutu e Tutsi eram relativamente fluidas e interdependentes, com interações econômicas, matrimoniais e políticas constantes. Foi com a ocupação europeia — inicialmente alemã e, sobretudo, belga — que essas categorias sociais começaram a ser transformadas em divisões rígidas e hierarquizadas, alimentando ressentimentos que eclodiriam progressivamente em disputas políticas e sociais.

No âmago dessas tensões esteve o favorecimento sistemático de setores da elite Tutsi por parte das autoridades coloniais, que os consideravam mais aptos ao comando segundo critérios inspirados na hipótese hamítica. Essa preferência traduziu-se no acesso privilegiado ao ensino formal, à administração e à representação política, consolidando os Tutsi como classe dirigente sob tutela europeia. Por outro lado, os Hutu, majoritários em número, foram empurrados para posições subalternas, privados de oportunidades de ascensão e constantemente marginalizados no sistema institucional.

> [...] em sociedades nas quais existe tensão étnica e as possibilidades de desenvolvimento são muito limitadas, os grupos étnicos tendem a concentrar recursos em sua própria coletividade, privando assim outros grupos de usufruir deles (OLIVEIRA, 2008, p. 100).

Essa estrutura desigual gerou frustração crescente entre os Hutu, especialmente nas zonas rurais, onde a exploração do trabalho e a cobrança de impostos recaíam desproporcionalmente sobre as suas comunidades. Com o tempo, esse desequilíbrio foi percebido não apenas como uma questão de injustiça econômica, mas como expressão de uma dominação institucionalizada, legitimada pelo poder colonial. O ressentimento acumulado, somado à exclusão das instâncias de poder, começou a dar origem a pequenas formas de resistência e desobediência civil, frequentemente reprimidas pelas autoridades com o apoio de chefes locais nomeados pelos belgas. No contexto dos Estados africanos sob administração colonial, o ingresso no funcionalismo público representava a principal via de mobilidade social e segurança econômica.

Na medida em que os melhores empregos e oportunidades são reservados àqueles que têm melhores níveis de educação, grupos étnicos rivais podem procurar, no limite, monopolizar as instituições e os meios de ensino (OLIVEIRA, 2008, p. 192). A Igreja Católica, embora inicialmente aliada do poder estabelecido, começou gradualmente a acolher e formar jovens Hutu, abrindo espaço para o surgimento de lideranças alternativas. Esse reposicionamento da Igreja, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, teve um papel ambíguo: ao mesmo tempo que promoveu o acesso de setores Hutu à instrução, também aprofundou a polarização interna ao apoiar, em certas ocasiões, projetos políticos regionalmente orientados.

Por volta da metade do século XX, essa estrutura começa a dar sinais de que algo estranho está para acontecer. Um conflito pela posse da terra tem então início, principalmente motivada pelos que plantam, de um lado, e pelos que criam gado, de outro (COUTO, 2016, p. 11).

Do nosso ponto de vista, à medida que os movimentos voltados à autonomia política se intensificavam no pós-guerra, as tensões latentes transformaram-se em mobilizações organizadas. Os Hutu, cada vez mais conscientes da sua exclusão histórica do aparato governamental, passaram a organizar-se politicamente, exigindo reformas que incluíssem representação proporcional, abolição de prerrogativas hereditárias e democratização da administração local. Em contrapartida, setores da elite Tutsi viam essas reivindicações como uma ameaça direta à sua posição e reagiam com tentativas de manutenção do *status quo*.

E diante dessa situação, Bruxelas, percebendo que deveria mudar a táctica de seu jogo, passa a apoiar a etnia de maior número, os Hutu, e para isso, incita-os contra os Tutsis (COUTO, 2016, p. 11). A Bélgica, por sua vez, contribuiu para o agravamento do cenário ao mudar repentinamente a sua diretriz política de apoio, passando, nas vésperas da independência, a respaldar setores majoritários Hutu, em uma tentativa de reposicionar-se frente às pressões internacionais por maior abertura democrática. Essa reviravolta, ao invés de promover a reconciliação, apenas acentuou o clima de desconfiança e confronto, sendo interpretada pelos Tutsi como traição e pelos Hutu como uma oportunidade histórica de controle territorial e institucional.

Assim, o período colonial não foi apenas o palco da fixação das diferenças enquanto categorias políticas; foi também o momento em que essas assimetrias começaram a adquirir um caráter conflituoso, estruturado em torno da disputa por recursos e poder. As tensões que se intensificaram durante a colonização não foram acidentes históricos, mas sim consequências diretas de uma engenharia de controle administrativo que manipulara alinhamentos em benefício da dominação externa. Essas divisões prepararam o terreno para os conflitos violentos que eclodiriam após a independência de 1962. Esse jogo, levado a cabo pelos europeus, lhes serviu de instrumento facilitador para governar o país, e foi útil até que os Tutsi, mais poderosos e instruídos que os Hutu, quisessem, eles próprios, a independência de Ruanda (COUTO, 2016, p. 10).

A Independência e a Intensificação das Tensões

Como se pode observar nas seções anteriores, a internalização de discursos que apontavam para a primazia de governança de um grupo sobre o outro é visivelmente identificada como herança do domínio europeu. Considerados mais aptos ao comando pelos administradores ocidentais, os Tutsi foram integrados como colaboradores diretos na estrutura colonial de Ruanda, o

que favoreceu a concentração de recursos e a preeminência política sobre as demais parcelas da população. Por conta desses fatores, os Hutu encontravam-se marginalizados das instâncias decisórias e submetidos a uma condição social subalterna.

No entanto, com o processo de independência de Ruanda e do Burundi, ocorrido no início da década de 1960, houve uma mudança fundamental na trajetória desses dois países da Região dos Grandes Lagos. Quando a Bélgica sinalizou a necessidade de criar condições para a implementação de reformas administrativas a longo prazo, inserindo setores Hutu em cargos da administração pública, essa iniciativa despertou desconfiança por parte da elite Tutsi, que buscava salvaguardar a sua hegemonia na esfera política nacional.

> Na década de 1950, a Bélgica, começara a pensar na possibilidade de emancipação a longo prazo e, juntamente com a Organização das Nações Unidas (ONU), dar início a preparação da descolonização da região. No entanto, o que fazem é uma transformação dos grupos tradicionais em empregados civis e estas medidas acirraram ainda mais as tensões entre os banyaruandas (SILVA, 2016, p. 9).

Contudo, ao invés de inaugurar uma era de estabilidade e autodeterminação democrática, a ruptura formal com o domínio colonial europeu abriu caminho para uma fase turbulenta de violência, exclusão e aprofundamento das clivagens internas. O legado colonial não apenas persistiu nas estruturas administrativas e nas relações de poder, mas se intensificou sob a forma de rivalidades políticas territorialmente codificadas, moldando as dinâmicas de conflito que marcariam tragicamente o percurso pós-colonial das duas nações. Ao longo da era colonial, a minoria tutsi, aos quais foram dados privilégios e educação (14%) foi favorecida em detrimento dos Hutu (85%), sendo estes oprimidos. Em 1959, os Hutu se rebelaram contra os belgas e a elite tutsi, forçando 150 mil tutsis a migrarem para o Burundi (SOUZA, 2017, p. 21).

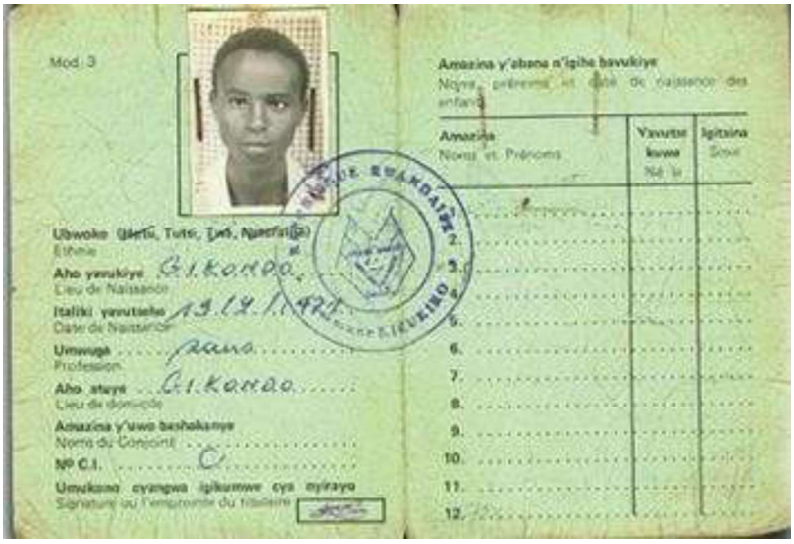

Figura I: Cartão de Identificação de Tutsis.

Fonte: EBC (2014).https://www.scielo.br/j/dados/a/zFKJfQN6mp45q8vkMLw7Yrt/

Ruanda e o Burundi conquistaram a independência em um contexto de crescente instabilidade política e social. O nacionalismo africano, que em várias partes do continente se consolidava como um instrumento de unificação e resistência contra o colonialismo, assumiu nesses dois territórios um caráter profundamente fragmentado. Em vez de uma identidade nacional comum, a disputa pelo poder foi dominada por discursos de polarização identitária que refletiam as estruturas sociais artificialmente moldadas pela administração colonial belga. Assim, a descolonização não significou uma libertação plena, mas sim a transição do domínio europeu para a consolidação de elites internas que, em muitos casos, perpetuaram os mesmos mecanismos de opressão.

Em Ruanda, a Revolução Social de 1959 foi um ponto de virada decisivo. Esse levantamento popular, liderado por setores da elite Hutu emergente com o apoio tácito das autoridades administrativas belgas e da Igreja Católica, derrubou a monarquia Tutsi e instituiu um novo regime republicano. Milhares de Tutsi foram mortos ou forçados ao exílio, dando início a um ciclo de violência e ressentimento que se prolongaria por décadas. A ascensão de Grégoire Kayibanda ao poder, em 1962, institucionalizou o domínio Hutu sob a bandeira da maioria numérica, mas também fomentou políticas de exclusão e perseguição que minaram qualquer tentativa de reconciliação nacional. Essa mudança de postura da metrópole foi também resultado de um cálculo político pragmático: os Hutu representavam a maior parte da população e pareciam mais propensos a aceitar uma independência tutelada (FRUCTUOZO, 2020).

Figura II: Processo emigratório dos tutsis para Burundi. Fonte: O Globo. https://acervo.oglobo.globo.com/.

O Burundi, por sua vez, seguiu um caminho distinto, mas igualmente marcado por instabilidade. A monarquia Tutsi foi mantida no pós-independência, mas logo se viu envolta em disputas entre facções da elite política do país. O assassinato do príncipe herdeiro Louis Rwagasore, líder nacionalista moderado que preconizava a unidade entre Hutu e Tutsi, em 1961, privou o país de uma figura capaz de unificar a nação em um momento crucial. A partir daí, o poder oscilou entre tentativas de democratização e golpes militares, com sucessivas perseguições internas, massacres e represálias que aprofundaram a desconfiança mútua entre as comunidades.

Do nosso ponto de vista, as novas elites políticas, quer Hutu quer Tutsi, passaram a utilizar a polarização política como um instrumento de legitimação e de mobilização popular, muitas vezes recorrendo à violência para consolidar o poder. O Estado, longe de funcionar como mediador neutro, tornou-se um agente ativo na perpetuação das divisões herdadas do domínio colonial. A administração pública, as forças armadas e o sistema judicial foram instrumentalizados de forma facciosa, promovendo políticas de discriminação e marginalização que alimentaram sentimentos de vingança e de insegurança coletiva.

A revolta popular, por mais controvérsia que pareça, além de ganhar visibilidade, conseguiu também admiração do coronel belga Guy Logiest, que teve como uma de suas acções trocar chefes e subchefes Tutsi por Hutu (SILVA, 2016, p. 21). Importa ainda destacar que o contexto internacional, marcado pela Guerra Fria, influenciou a trajetória pós-colonial de Ruanda e do Burundi. As potências estrangeiras, preocupadas em garantir aliados ideológicos na região, fecharam os olhos às violações dos direitos humanos e às crises internas, fornecendo apoio político e militar a regimes autoritários desde que servissem a seus interesses estratégicos. Essa indiferença externa permitiu a perpetuação de governos repressivos e contribuiu para o agravamento das tensões internas (JÚLIO, 2013).

Dessa forma, o período pós-independência foi marcado por conflitos. Longe de encerrar os capítulos da dominação, abriu caminho para um novo ciclo de violências, agora geridas internamente, mas alimentadas pelas estruturas e legados deixados pelos colonizadores. A independência formal, embora politicamente significativa, revelou-se incompleta na sua capacidade de restaurar a coesão social e a justiça histórica. A partidarização do poder e a instrumentalização do trauma colonial tornaram-se elementos centrais das políticas internas, preparando o terreno para os trágicos episódios de guerra civil que marcariam as décadas seguintes.

A chamada Revolução Social de 1959, também conhecida como a Revolução Hutu, constituiu um dos momentos mais determinantes da história contemporânea de Ruanda. Esse episódio marcou o início de uma virada radical na estrutura de poder do país, até então dominada pela

aristocracia Tutsi sob o regime monárquico. Foi, ao mesmo tempo, uma sublevação social e política, cujos efeitos imediatos e duradouros moldaram o cenário ruandês nas décadas seguintes.

> Acontecimentos de suma importância entraram em curso após a revolta, em especial proclamação da Independência Unilateral de Ruanda em 1961, quando a administração belga decide conceder poderes provisórios às administrações locais até que houvesse um consenso entre Bélgica e ONU sobre a data das eleições legislativas no país (SILVA, 2016, p. 22).

A tensão acumulada ao longo dos anos começou a manifestar-se em 1957, com a publicação do "Manifesto dos Bahutu", um documento redigido por intelectuais Hutu que denunciava o monopólio Tutsi do poder e reivindicava a emancipação social e política da maioria camponesa Hutu. Esse texto teve um impacto profundo ao conferir uma base ideológica e histórica ao ressentimento social, transformando-o em um movimento político estruturado. Em novembro de 1959, eclodiu uma onda de violência generalizada após a agressão de um político Hutu por jovens Tutsi, considerado o estopim de um conflito já latente. O que se seguiu foi uma série de motins, confrontos e ataques internos, sobretudo nas áreas rurais. A aristocracia Tutsi viu-se subitamente desafiada por uma população Hutu mobilizada, que começou a incendiar casas, expulsar líderes locais Tutsi e ocupar posições administrativas anteriormente inacessíveis (MATTOS, 2007).

A administração colonial belga, em vez de conter o caos, assumiu uma posição ambígua. As forças de segurança intervieram apenas de forma seletiva e, muitas vezes, permitiram ou mesmo encorajaram a substituição de chefes Tutsi por líderes Hutu locais. Essa dinâmica criou as bases para a reconfiguração do poder político e administrativo em favor dos Hutu. Assim, o período entre 1959 e 1961 assistiu à derrocada do sistema monárquico tradicional e à construção de um novo Estado dominado por uma elite Hutu de orientação rural e conservadora.

> No dia 25 de Setembro de 1961 realizaram-se eleições legislativas que deram a vitória ao partido Parmehutu, liderado por Grégoire Kayibanda, com maioria absoluta. Na mesma altura, houve um referendo em que participou 95% do eleitorado e em que 80% dos votantes decidiu pela abolição da monarquia. Na altura, a ONU aconselhou vivamente o Ruanda e o Urundi a declararem a independência, uma situação que nenhum dos países aceitou e com a qual as Nações Unidas tiveram que concordar, embora relutantemente. No entanto, mais tarde, a 1 de Julho de 1962, a Bélgica, com a supervisão da ONU, declarou a independência de ambos os países (JÚLIO, 2013, p. 17).

No entanto, o processo revolucionário foi também marcado por um elevado custo humano e social. Estima-se que entre 20.000 e 30.000 Tutsi tenham sido mortos durante os confrontos, enquanto centenas de milhares foram forçados ao exílio em países vizinhos como o Uganda, o

Burundi, a Tanzânia e a República Democrática do Congo. Esses exilados formariam, anos mais tarde, a base de movimentos armados como a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), que desempenharia um papel central na guerra civil de 1994 (SOUZA, 2017).

Entendemos que a Revolução Social de 1959 deve, portanto, ser compreendida como um momento de transformação radical que, embora tenha proporcionado à maioria Hutu acesso ao poder político, também institucionalizou novas formas de exclusão e violência. A lógica de revanche contra a elite Tutsi anterior não foi acompanhada de mecanismos eficazes de reconciliação ou justiça. Pelo contrário, a construção do novo Estado baseou-se em uma retórica de dominação invertida, onde o papel de oprimido e opressor foi simplesmente trocado, perpetuando um ciclo de conflitos internos que continuaria a assombrar Ruanda nas décadas seguintes. É importante lembrar que, antes de o espancamento de Dominique Mbonyumutwa acender o pavio em 1959, nunca havia sido registrada uma violência política sistemática entre Hutu e Tutsi.

O Processo de Independência em Ruanda e no Burundi

A independência de Ruanda e do Burundi, oficialmente alcançada em 1962, foi o ápice de um processo político e social profundamente marcado pelo legado do domínio europeu e pela instrumentalização das identidades locais. Ao contrário de outros contextos africanos onde o nacionalismo unificador predominou nas lutas pela autodeterminação, nesses dois territórios da Região dos Grandes Lagos o caminho para a soberania foi acompanhado por disputas internas cada vez mais acentuadas entre Hutu e Tutsi — tensões que a administração colonial não apenas explorou, mas também aprofundou ao longo de décadas.

Com a descolonização de Ruanda, a elite política hutu substituiu os belgas. Um novo presidente, Gregoire Kayibanda, subiu ao poder, em uma competição política violenta, causando centenas de mortes de tutsis, o que levou a causar milhares de refugiados, cerca de vinte mil para Uganda, Burundi e Tanzânia (SOUZA, 2017, p. 22). Durante o período colonial, primeiro sob domínio alemão e, mais tarde, belga, Ruanda e o Burundi foram governados como parte do território administrado da África Oriental Alemã e, posteriormente, como mandato da Sociedade das Nações sob tutela belga, conhecido como Ruanda-Urundi. Apesar de serem tratados como uma única entidade administrativa durante o período colonial, as realidades políticas e sociais dos dois países começaram a divergir à medida que se aproximava o fim da colonização (FRUCTUOZO, 2020).

O início do processo de descolonização, no final da década de 1950, foi fortemente influenciado pelas mudanças geopolíticas mundiais, especialmente pela pressão internacional em tor-

no do direito dos povos colonizados à autodeterminação, com destaque para o papel da ONU e pela determinação dos Tutsi que clamavam de forma direta pela autonomia. As autoridades belgas, receando uma revolta violenta como a que ocorrera no Congo, iniciaram um processo gradual de transferência do poder político, embora sem uma estratégia clara e muitas vezes com ações contraditórias que acirraram ainda mais as divisões internas.

> Por sua vez, os tutsis também começaram a se organizar e a clamar por independência dos colonos belgas que, embora concedessem claros privilégios aos tutsis em detrimento dos Hutu, impunham sua forma rígida de controle sobre a população, o que com o passar dos anos, começou a incomodar os tutsis, que acreditavam ter condições e direito de ser independentes da Bélgica. Os administradores belgas, no entanto, não reagiriam bem ao verem ameaçado seu status quo de colonizadores, com perda de território, que significava perda de poder, no caso de Ruanda (FRUCTUOZO, 2020, p. 29).

Diante disso, somos de opinião que o apoio tácito dos administradores belgas à ascensão Hutu — em contradição com a sua diretriz anterior de favorecimento à aristocracia Tutsi — evidenciou uma tentativa de reconfigurar o equilíbrio de forças antes da retirada operacional. Em 1961, foi proclamada a Primeira República, liderada por Grégoire Kayibanda, do MDR-Parmehutu (Movimento Democrático Republicano), e, a 1 de julho de 1962, Ruanda tornou-se oficialmente um Estado independente. As eleições representaram o fim da monarquia tutsi e a queda do poder destes em nível da administração local e desencadeou um processo de violência política, que marcou toda a ditadura Hutu durante as décadas seguintes, até chegar ao monstruoso cenário de genocídio (Ibidem, p. 32).

No Burundi, o processo foi distinto, ainda que igualmente instável. Ao contrário de Ruanda, a monarquia Tutsi foi mantida, e o príncipe Louis Rwagasore, figura carismática e conciliadora, liderava o partido UPRONA (União para o Progresso Nacional), que defendia a unidade nacional entre Hutu e Tutsi. Rwagasore era amplamente reconhecido como uma esperança de reconciliação e estabilidade regional. No entanto, o seu assassinato em 1961, em um contexto de disputas políticas e interferência belga, eliminou prematuramente aquela que poderia ter sido uma liderança unificadora. Sem essa figura moderadora, o Burundi mergulhou em uma série de crises políticas, com a monarquia enfraquecida e o poder a oscilar entre diferentes facções da elite Tutsi e Hutu.

Assim, a independência do Burundi, proclamada a 1 de julho de 1962, foi acompanhada de crescente instabilidade. Os primeiros anos do novo Estado foram marcados por tensões internas, tentativas de golpe de Estado e o início de um padrão de violência política que rapidamente se converteu em disputa facciosa pelo controle governamental. Ambos os países, portanto, chegaram à independência formal em 1962 com instituições frágeis, sociedades profundamente dividi-

das e elites que utilizaram os alinhamentos identitários como ferramenta de mobilização e exclusão. Em vez de representar uma ruptura com o passado colonial, a independência em Ruanda e no Burundi revelou-se uma transição incompleta e conflituosa, cujos efeitos seriam sentidos tragicamente ao longo das décadas seguintes (DAVIDSON, 2000).

A Ascensão do Nacionalismo Hutu e a Marginalização dos Tutsi

Não obstante os fatos descritos, entendemos que a independência política de Ruanda e do Burundi foi acompanhada por profundas transformações na configuração do poder interno, fortemente marcadas pelo surgimento do nacionalismo Hutu como força dominante, sobretudo em Ruanda. Esse movimento político-ideológico ganhou expressão ainda durante o período colonial tardio, sendo alimentado por ressentimentos históricos, desigualdades estruturais e pelo discurso de emancipação social da maioria camponesa Hutu, tradicionalmente subordinada às elites Tutsi. Segundo Vivian Mattos (2007):

> Em 1960, os belgas permitiram que o power do governo ruandês permanecesse sobre o controle dos tutsis, porém, em Janeiro de 1961, os belgas convocaram uma reunião com um dos novos líderes hutus, permitindo-lhes que o país ficasse sob seu controle. Hutus derrubaram a aristocracia tutsi e aboliram as servidões, e os chefes aproveitaram a ocasião para marginalizar a comunidade tutsi. Em Julho de 1962, Ruanda ganhou a independência plena da Bélgica e Grégoire Kayibanda foi empossado presidente (p. 22).

Desse modo, em Ruanda, a ideologia nacionalista Hutu consolidou-se no seio de movimentos como o MDR-Parmehutu (Movimento Democrático Republicano), que, sob a liderança de Grégoire Kayibanda, articulou um discurso centrado na libertação da "maioria oprimida". Essa retórica, embora baseada em experiências reais de marginalização dos Hutu durante o domínio monárquico Tutsi, foi também amplamente influenciada pelas práticas da administração belga, que reconfiguraram as identidades locais em moldes rígidos e excludentes.

> Um governo provisório, tendencialmente republicano e composto predominantemente por membros do partido Parmehutu foi constituído no Ruanda em Outubro de 1960, sem recurso a eleições. Poucos meses mais tarde, os líderes do Parmehutu proclamaram a deposição dos mwami e a criação de um regime republicano. O novo regime foi reconhecido de facto pela autoridade belga, mas a ONU declarou que foi estabelecido de forma irregular e à margem da lei (JÚLIO, 2013, p. 17).

Do nosso ponto de vista, o nacionalismo Hutu assentava na oposição entre um "nós" Hutu, associado ao povo autêntico, trabalhador e cristão, e um "eles" Tutsi, representado como uma

minoria aristocrática, estrangeira e opressora. Todavia, essa construção binária foi instrumentalizada para justificar a tomada do poder e, posteriormente, a sua manutenção por meio da exclusão sistemática dos Tutsi das esferas políticas, administrativas e militares. Esse processo não foi apenas discursivo, mas materializou-se em políticas concretas de marginalização, como a limitação do acesso dos Tutsi à educação formal, ao emprego público e à participação cívica.

Em Burundi, o nacionalismo Hutu também encontrou terreno fértil, embora com uma trajetória distinta. A manutenção da monarquia Tutsi após a independência gerou frustração entre setores Hutu, que viam o poder político como capturado por uma elite hereditária. Diversos movimentos e líderes Hutu insurgiram-se contra essa exclusão, como demonstra o aumento das tensões que culminaram em revoltas armadas e repressões violentas, particularmente nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, ao contrário de Ruanda, o nacionalismo Hutu no Burundi não conseguiu alcançar o poder de forma duradoura, devido à resistência das elites militares Tutsi e à instabilidade contínua. Um dos episódios mais significativos desse período foi descrito por Daniel Júlio (2013), afirmando que:

> Em Dezembro de 1963, como resposta a uma invasão mal sucedida por parte de refugiados Tutsis do Burundi (nome por que passou a ser conhecido o território do Urundi, após a independência), os Hutu desencadearam uma terrível perseguição contra a população Tutsi ainda residente no Ruanda, com cerca de 12,000 Tutsis a perderem a vida. O massacre levou a um novo êxodo de elementos Tutsi para países vizinhos, como o Uganda, a Tanzânia, o Congo e o Burundi. No total, cerca de 150,000 de Tutsis fugiram entre 1959 e 1964 (p. 17).

É necessário salientar que a construção do nacionalismo Hutu não pode ser compreendida isoladamente da experiência da dominação colonial. A categorização burocrática promovida pelos europeus, a administração indireta baseada em critérios exógenos e a produção de narrativas históricas distorcidas serviram de alicerce para a legitimação de um discurso de revanche política. Em vez de promoverem a reconciliação entre as parcelas da sociedade, os primeiros governos pós-independência em Ruanda e no Burundi aprofundaram as clivagens territoriais, institucionalizando uma lógica de exclusão que seria, em muitos casos, sustentada pela violência.

O Papel dos Governos Coloniais na Formação de Identidades Excludentes

Assim se podem compreender as raízes das disputas na região, analisando como a construção das identidades locais como categorias fixas e hierarquizadas em Ruanda e no Burundi foi uma das mais significativas heranças do domínio europeu na Região dos Grandes Lagos. Os governos coloniais, primeiro sob administração alemã e, posteriormente, sob controle belga, foram

agentes ativos na produção de uma lógica de clivagem artificial que ultrapassava as estruturas sociais anteriores à chegada das potências estrangeiras e impunha uma visão distorcida das populações locais. Durante muito tempo, os Tutsi foram inseridos de forma preferencial na estrutura administrativa sob pretexto de uma suposta aptidão de comando, em detrimento dos Hutu, que foram classificados em uma posição subalterna em função de leituras fisiológicas externas.

Como observado nas seções anteriores, antes da chegada dos europeus, as distinções entre Hutu, Tutsi e Twa existiam, mas não se tratava de divisões fixas no sentido imposto pelas administrações coloniais. As diferenças eram mais relacionadas a funções sociais, posições econômicas e relações de clientelismo territorial do que a um pertencimento imutável. A mobilidade social era possível, tanto que um Hutu podia ascender à condição de Tutsi por meio do acúmulo de gado ou de prestígio local, em um processo conhecido como *kwihutura*. Essa fluidez identitária foi gradualmente eliminada com a imposição das lógicas coloniais de classificação hierárquica.

Com o domínio alemão (1897–1916) e, mais decisivamente, com a administração belga (1916–1962), consolidou-se uma narrativa segundo a qual os Tutsi deteriam preeminência organizacional sobre os Hutu e os Twa, baseando-se em formulações eurocêntricas como a hipótese hamítica. De acordo com essa teoria, os Tutsi seriam descendentes de populações vindas do Norte da África ou da Etiópia, supostamente mais afeitas às estruturas de governança e mais próximas dos padrões europeus. Essa leitura exógena foi usada para justificar o favorecimento político e administrativo dos Tutsi em detrimento das demais parcelas da sociedade (SILVA, 2011).

As potências europeias, com o apoio de missões confessionais e de estudos antropológicos estrangeiros, implementaram diretrizes que reforçaram essa distinção baseada em premissas pseudocientíficas. Um dos instrumentos mais simbólicos e duradouros dessa prática foi a emissão de cartões de identidade compulsórios a partir da década de 1930, nos quais cada indivíduo era classificado como Hutu, Tutsi ou Twa. Essa burocratização das filiações coletivas não apenas cristalizou as diferenças, como também institucionalizou o acesso desigual a oportunidades educacionais, cargos administrativos e benefícios sociais a favor dos Tutsi. Essa engenharia política permitiu a hegemonia de um grupo numericamente minoritário, o que gerava um descompasso com os projetos posteriores de implementação de sistemas representativos, dado que os Hutu representavam a maior parte da população (DAVIDSON, 2000).

Ao favorecer os Tutsi como interlocutores preferenciais do aparato administrativo, os belgas contribuíram para a formação de uma elite local que passou a ser identificada pelas massas com o domínio e a opressão institucional. Essa relação de privilégio, no entanto, começou a ser tensionada na segunda metade do século XX, especialmente quando os movimentos voltados à autonomia política se fizeram sentir. Temendo que uma elite Tutsi instruída assumisse de for-

ma soberana a dianteira no processo de independência, as autoridades belgas alteraram a sua política de alianças e passaram a apoiar lideranças Hutu, fomentando uma nova inversão na estrutura de poder territorial.

Por um lado, esse reposicionamento estratégico agravou as clivagens internas, ao alimentar ressentimentos mútuos e consolidar um modelo de política identitária assente na exclusão do outro; por outro lado, auxiliava na manutenção da influência externa em meio à instabilidade social. Os Hutu, agora mobilizados como maioria camponesa outrora oprimida, viam nos Tutsi não apenas antigos colaboradores dos administradores coloniais, mas uma ameaça à sua emancipação política. Os Tutsi, por sua vez, sentiam-se desamparados pelo poder colonial que os abandonava à medida que crescia a pressão internacional pelas independências.

Assim, os governos coloniais não só contribuíram para o agravamento das distinções, como moldaram as estruturas institucionais e discursivas que permitiram a sua perpetuação no período pós-colonial. A partidarização do poder, incentivada e manipulada pelas metrópoles europeias, tornou-se uma base instável sobre a qual se edificaram os novos Estados de Ruanda e do Burundi, comprometendo, desde o início, os ideais de coesão e justiça social. Essa estratégia de fragmentação fomentou uma cisão que culminou na eclosão de conflitos internos, nos quais as elites disputavam o controle do aparato estatal após a independência de 1962, recorrendo, por vezes, a apoios externos que tensionavam ainda mais as relações locais — uma clara continuidade da diretriz imperial de dividir para governar.

O Genocídio e Suas Consequências duradouras

Habyarimana considerava que os Acordos de Arusha equivaliam a uma nota de suicídio político, pois os líderes do Poder Hutu queixaram-se de traição e acusaram-no de ter-se tornado um cúmplice. Desse modo, a assinatura do tratado não surtiu os efeitos desejados, tanto que a França e o Egito continuavam a enviar grandes carregamentos de armas até o dia das ações sistemáticas de violência (MATTOS, 2007). Importa salientar que:

> O Acordo de Arusha, assinado pelo Governo ruandês e pela FPR, previa um governo de transição até às eleições legislativas. O período de transição foi limitado a 22 meses, altura em que já se deviam ter realizado eleições gerais. A composição do governo de transição deveria ser finalizada nos 37 dias após a assinatura do Acordo. O gabinete do governo de transição seria composto por 21 membros, 5 seriam do MRND, 5 da FPR, e os restantes 11 seriam divididos entre outros 4 partidos da oposição. As tropas da FPR também fariam parte do exército, onde estava acordado que 60% dos lugares seriam das Forças do Governo de Ruanda (RGF) e os restantes 40% da FPR (JÚLIO, 2010/2013, p. 19).

O genocídio de 1994 em Ruanda constitui um dos momentos mais sombrios da história recente do continente africano e do mundo. Em pouco mais de cem dias, uma violência sistemática e planificada resultou na morte de cerca de 800.000 pessoas, atingindo massivamente a população Tutsi, bem como setores Hutu moderados e outros atores políticos que se opuseram à onda de assassinatos. Esse episódio não foi um acontecimento isolado ou imprevisível, mas sim o ápice de uma complexa engenharia de controle e divisão local, marcada por décadas de assimetrias estruturais, polarizações identitárias manipuladas e tensões institucionais profundas.

Devido ao ódio alimentado pelo processo discriminatório praticado durante as colonizações e aos sentimentos hostis, o governo de Habyarimana resolveu adoptar uma nova política. "[…] Num primeiro momento, o intuito seria eliminar os Hutu que não concordavam com o massacre, os chamados Hutu moderados, depois, eliminar os tutsis" (MATTOS, 2007, p. 26). Diante desses fatos, as condições para o massacre generalizado já estavam dadas e eram evidentes, mas a comunidade internacional ignorava o desenrolar dos eventos e a instabilidade promovida pelas disputas de poder, na expectativa de que se tratasse apenas de mais um tumulto semelhante às crises das décadas anteriores.

Paralelamente, a crise econômica (fruto da queda do preço do café (principal produto de exportação) e das dificuldades internas) levou ao aumento do desemprego, da pobreza e do descontentamento social. Esse ambiente de crise econômica e política fez com que as forças de oposição, até então marginalizadas, buscassem novos canais de atuação, o que culminou na fragilização do partido único e das instituições do Estado, que não conseguiram garantir a segurança e a ordem jurídica para a sociedade (FONSECA, 2013). A assinatura dos Acordos de Arusha, em 1993, que previam um cessar-fogo e a partilha de poder entre o aparato governamental e a FPR, foi recebida com hostilidade por setores radicais dentro do governo e por milícias aliadas que contavam com apoio externo francês, interpretando o tratado como uma traição. Esses setores começaram a planejar abertamente a eliminação das lideranças Tutsi e dos opositores políticos Hutu.

Até que, finalmente, no dia 6 de abril de 1994, o avião do presidente Juvénal Habyarimana, ao retornar de Dar es Salaam, na Tanzânia, foi derrubado ao sobrevoar Kigali, espatifando-se no terreno do seu próprio palácio (MATTOS, 2007, p. 27). O novo presidente Hutu do Burundi, Cyprien Ntaryamira, e vários altos conselheiros também estavam a bordo. Apesar da controvérsia sobre os responsáveis pelo atentado, o seu impacto foi imediato: o aparato estatal ruandês, por meio do acionamento de milícias armadas, desencadeou um massacre sistemático, coordenado e brutal que se estendeu por cerca de cem dias, deixando uma marca permanente na história da África Central e na memória coletiva da região.

Para além do impacto imediato sobre as vítimas, o genocídio provocou um colapso das instituições administrativas, sociais e econômicas em Ruanda. As estruturas governamentais foram desmanteladas, a infraestrutura básica destruída e os sistemas de saúde e educação paralisados. O país mergulhou em uma crise humanitária profunda, com milhões de pessoas deslocadas internamente e refugiadas nos países vizinhos, onde as condições eram frequentemente precárias, agravando ainda mais o sofrimento da população. Os Tutsi buscavam refúgio em igrejas, pântanos, hospitais e hotéis, e os relatos mostraram que cerca de cinco mil refugiados tutsis foram mortos na igreja de Nyamata e na maternidade Sainte-Marthe (MATTOS, 2007, p. 28).

CONCLUSÃO

A partir das evidências apresentadas ao longo deste trabalho, constata-se como as doutrinas administrativas belgas e alemãs contribuíram para a construção e a acentuação das divisões políticas e sociais entre os povos Hutu e Tutsi. O modelo de governança alemão e belga, ao favorecer setores da elite Tutsi como interlocutores preferenciais das instâncias coloniais, concorreu para a formação de uma camada dirigente local que passou a ser identificada como mais afeita às funções de comando e controle sobre a população majoritária Hutu. Essa relação de privilégio institucional, no entanto, começou a ser questionada na segunda metade do século XX, especialmente quando os movimentos voltados à autonomia política se fizeram sentir na região. Temendo que uma elite Tutsi instruída assumisse de forma soberana a dianteira no processo de independência, as autoridades belgas alteraram a sua política de alianças e passaram a apoiar lideranças Hutu, fomentando uma nova inversão na estrutura de poder territorial.

Essa mudança estratégica da Bélgica contribuiu para o agravamento das tensões nas vésperas da independência, em uma tentativa da metrópole de reposicionar-se frente às exigências internacionais por maior abertura representativa. Essa reviravolta, ao invés de promover a reconciliação, apenas acentuou o clima de desconfiança e confronto, sendo interpretada pelos Tutsi como traição e pelos Hutu como uma oportunidade histórica de controle institucional.

A Revolução Social de 1959 deve ser compreendida como um momento de transformação radical que, embora tenha proporcionado à maioria camponesa Hutu o acesso ao poder político, também institucionalizou novas formas de exclusão e violência. A lógica de revanche contra a elite Tutsi anterior não foi acompanhada de mecanismos eficazes de reconciliação ou de estabe-

lecimento de uma ordem jurídica integradora. Pelo contrário, a construção do novo Estado baseou-se em uma retórica de dominação invertida, na qual as posições de oprimido e opressor foram simplesmente trocadas, perpetuando um ciclo de conflitos internos que continuaria a assombrar Ruanda nas décadas seguintes. Outrossim, a par das doutrinas administrativas coloniais, a propaganda política desempenhou um papel central e decisivo no genocídio de 1994 em Ruanda, funcionando como um instrumento poderoso de incitação ao ódio, desumanização e mobilização para a violência em massa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANÍCIO, Danielle Theodoro; NOGUEIRA, Hiroshi Luiz. Narrativas do genocídio de Ruanda: o conceito de novas guerras. **África e Africanidades**, ano XII, n. 33, fev. 2020, p. 1-19**.**

COUTO, Andreia Terzariol. Colonização centro-africana e seus desdobramentos: o genocídio de Ruanda. In: **XX Encontro Regional de História da ANPUH-MG**, 2016, Uberaba. **Anais do XX Econtro Regional de História.** 2016. p. **1-27**. Disponível em: https://snh2011.anpuh.org/resources/anais/44/1467943605_ARQUIVO_Colonizacaocentroafricanaeseusdesdobramentos.pdf

DAVIDSON, Basil. **O fardo do homem negro: os efeitos do Estado-nação em África.** Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

FRUCTUOZO, Ligia Maria Lario. **O genocídio de Ruanda e os mecanismos para efectividade da tutela do direito à identidade ruandesa.** Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR, Maringá, 2019.

JÚLIO, Daniel Sinclair. **Ruanda e Darfur: análise de dois casos de intervenção internacional**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) – Universidade de Évora, Évora, 2013.

KEITA, Boubakar Namori. **A África Negra: colonização, lutas de libertação, independências: uma síntese de história política das civilizações.** Belo Horizonte: Ancestre, 2021.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SANTOS, Bruna Tais dos. **Representações fílmicas do genocídio em Ruanda (1994).** Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2020.

SOUZA, Thácila Oscarino de. **Genocídio entre Tutsis e Hutus em Ruanda (África): breve estudo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de São João del-Rei, Campus Tancredo de Almeida Neves (CTAN), São João del-Rei, MG, 2017.

SILVA, Thaíse Alves da. Guerra étnica, civil ou genocídio? Por uma história de Ruanda. In: **XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-BA**, 2016. ANPUH-BA, 2016. p. 1-25. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477879047_ARQUIVO_Guerraetnica.pdf.

SILVA, Vera. As mulheres no conflito armado do Ruanda. **Ex aequo**, n. 24, p. 93-104, 2011.

VIGEVANI, Tullo; LIMA, Thiago; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Conflito Étnico, Direitos Humanos e Intervenção Internacional. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 51, n.º 1, p. 183–213, 2008.

Recebido em: 14/07/2025

Aprovado em: 19/03/2025